

Anexo I - INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DOS CARGOS

Cargo: **ENGENHEIRO/ENGENHARIA AGRÍCOLA**

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Desenvolver projetos de engenharia; executar obras; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, e avaliar a contratação de serviços; dos mesmos; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentação técnica. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

- Curso Superior em Engenharia Agrícola ou Engenharia Agrícola e Ambiental
- Registro no Conselho competente

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá a aplicação de uma prova objetiva de 50 questões, dividida em três partes:

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA OBJETIVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. Leitura de gêneros textuais: objetivo(s) do texto, temática, ideia principal e ideias secundárias; ponto de vista e argumentos, estrutura composicional;
2. Significação de palavras e expressões em contexto;
3. A dimensão linguístico-textual da argumentação: mecanismos de referência e sequenciação, operadores argumentativos, modalizadores, seleção lexical, intensificadores, índices de avaliação;
4. Vozes no texto: discurso citado e discurso relatado;
5. Processos de formação de palavras;
6. Emprego das classes de palavras;
7. Organização do período simples e do período composto;
8. Colocação dos termos na oração e das orações no período;
9. Concordância e regência nominal e verbal;
10. Pontuação.

4.2 Parte II: Legislação

1. Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
2. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
3. Decreto n. 9.094, de 17 de julho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário;
4. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;
5. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações;

6. Lei n. 9784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações;
7. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas;
8. Decreto n. 1171, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
9. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
10. Decreto n. 7724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;
11. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014;
12. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pelo Parecer 031/2011 da Comissão de Legislação e Regimentos do Conselho Universitário, de 15 de abril de 2011;
13. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

1. Construções Rurais e Ambiência;
 - 1.1 Materiais e Técnicas de Construção;
 - 1.2 Ambiência em Instalações Agrícolas e Zootécnicas;
2. Engenharia de Água e Solo:
 - 2.1 Hidráulica Aplicada a Agricultura;
 - 2.2 Métodos e Sistemas de Irrigação;
 - 2.3 Manejo da Irrigação;
 - 2.4 Drenagem Superficial e Subterrânea;
 - 2.5 Obras em Terra;
3. Mecanização Agrícola;
 - 3.1 Motores e Tratores;
 - 3.2 Preparo do Solo;
 - 3.3 Semeadoras-adubadoras de precisão;
 - 3.4 Tecnologia de Aplicação de Produtos Fitossanitários;
 - 3.5 Colheita de Grãos;
 - 3.6 Sistemas de Transmissão de Potência;
 - 3.7 Capacidade Operacional de Conjuntos Mecanizados;
4. Pós-colheita de Produtos Agrícolas;
 - 4.1 Pré processamento e Armazenamento de Produtos Agrícolas;
 - 4.2 Secagem de Produtos Agrícolas;
 - 4.3 Beneficiamento de Produtos Agrícolas;
 - 4.4 Aeração e Resfriamento de Produtos Agrícolas;
5. Energia na Agricultura;
 - 5.1 Energização Rural;
 - 5.2 Fontes Renováveis de Energia;
6. Topografia e Georreferenciamento:
 - 6.1 Altimetria e Planimetria;
 - 6.2 Equipamentos e Técnicas para o Georreferenciamento;
7. Engenharia Ambiental;
 - 7.1 Saneamento Rural;
 - 7.2 Tratamentos de Resíduos;

Cargo: **FONOAUDIÓLOGO**

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação, utilizando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia; tratar de pacientes; efetuar avaliação e diagnóstico fonoaudiológico; orientar pacientes e familiares; desenvolver programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

- Curso superior em Fonoaudiologia
- Registro no Conselho Competente

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá a aplicação de uma prova objetiva de 50 questões, dividida em três partes:

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. Leitura de gêneros textuais: objetivo(s) do texto, temática, ideia principal e ideias secundárias; ponto de vista e argumentos, estrutura composicional;
2. Significação de palavras e expressões em contexto;
3. A dimensão linguístico-textual da argumentação: mecanismos de referência e sequenciação, operadores argumentativos, modalizadores, seleção lexical, intensificadores, índices de avaliação;
4. Vozes no texto: discurso citado e discurso relatado;
5. Processos de formação de palavras;
6. Emprego das classes de palavras;
7. Organização do período simples e do período composto;
8. Colocação dos termos na oração e das orações no período;
9. Concordância e regência nominal e verbal;
10. Pontuação.

4.2 Parte II: Legislação

1. Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
2. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
3. Decreto n. 9.094, de 17 de julho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário;
4. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;
5. Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações;
6. Lei n. 9784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações;
7. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas;

8. Decreto n. 1171, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
9. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
10. Decreto n. 7724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;
11. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014;
12. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pelo Parecer 031/2011 da Comissão de Legislação e Regimentos do Conselho Universitário, de 15 de abril de 2011;
13. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

1. SAÚDE COLETIVA;
 - 1.1 Políticas públicas em saúde;
 - 1.2 Níveis de prevenção em saúde;
2. AUDIOLOGIA;
 - 2.1 Anatomia e fisiologia do sistema auditivo periférico e central;
 - 2.2 Audiometria tonal liminar;
 - 2.3 Logaudiometria;
 - 2.4 Mascaramento;
 - 2.5 Imitanciometria;
 - 2.6 Emissões otoacústicas;
 - 2.7 Potenciais evocados auditivos de curta, média e longa latência;
 - 2.8 Bateria de avaliação comportamental do processamento auditivo central;
 - 2.9 Aparelhos de amplificação sonora individual e implante coclear;
 - 2.10 Avaliação vestibular.
3. LINGUAGEM;
 - 3.1 Domínios/níveis lingüísticos;
 - 3.2 Aquisição da linguagem oral;
 - 3.3 Aprendizagem da língua escrita;
 - 3.4 Avaliação fonoaudiológica;
 - 3.5 Diagnóstico fonoaudiológico;
 - 3.6 Fatores etiológicos;
 - 3.7 Intervenção fonoterapêutica;
4. VOZ;
 - 4.1 Anatomia e fisiologia do trato vocal;
 - 4.2 Avaliação, fatores etiológicos, diagnóstico e intervenção fonoaudiológica em voz nas diferentes faixas etárias;
5. DISFAGIA
 - 5.1 Avaliação, fatores etiológicos, diagnóstico e intervenção fonoaudiológica em disfagia nas diferentes faixas etárias.
6. MOTRICIDADE OROFACIAL;
 - 6.1 Anatomia e fisiologia do sistema estomatognático e funções orofaciais;
 - 6.2 Avaliação, diagnóstico e intervenção fonoaudiológica em motricidade orofacial nas diferentes faixas etárias.

Cargo: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Prestar assistência e consultoria técnicas, orientando diretamente produtores sobre produção agropecuária, comercialização e procedimentos de biossegurança; executar projetos agropecuários em suas diversas etapas; planejar atividades agropecuárias; promover organização, extensão e capacitação rural; fiscalizar produção agropecuária; desenvolver tecnologias adaptadas à produção agropecuária. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

- Ensino Médio Profissionalizante em Agropecuária ou Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Agropecuária
- Registro no Conselho competente como Técnico em Agropecuária

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá duas etapas: aplicação de uma prova objetiva e uma prova prática, a saber:

Etapa I: Prova Objetiva (peso 5)

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

Etapa II: Prova Prática (peso 5)

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. Leitura de gêneros textuais: objetivo(s) do texto, temática, estrutura composicional, mecanismos de coesão e sua expressão linguística;
2. Significação de palavras e expressões em contexto;
3. Vozes do texto: discurso citado e discurso relatado;
4. Processos de formação de palavras;
5. Emprego das classes de palavras;
6. Organização do período simples e do período composto;
7. Concordância nominal e verbal;
8. Regência nominal e verbal;
9. Colocação dos termos na oração e das orações no período;
10. Pontuação.

4.2 Parte II: Legislação

1. Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
2. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
3. Decreto n. 9.094, de 17 de julho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário;

4. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;
5. Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações;
6. Lei n. 9784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações;
7. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas;
8. Decreto n. 1171, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
9. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
10. Decreto n. 7724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;
11. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014;
12. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pelo Parecer 031/2011 da Comissão de Legislação e Regimentos do Conselho Universitário, de 15 de abril de 2011;
13. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

1. Solos: tipos, propriedades, uso, conservação, manejo, classificação, fertilidade;
2. Topografia: levantamentos topográficos planimétricos e altimétricos;
3. Motores, máquinas e implementos agrícolas: tipos, usos, regulagem, operação e manutenção;
4. Irrigação e drenagem: métodos, manejo da irrigação, fertirrigação, drenagem agrícola, hidrometria, barragens de terra;
5. Silvicultura: Essências florestais nativas e exóticas, propagação, viveiros, implantação e manejo;
6. Defesa fitossanitária: pragas, doenças, plantas invasoras (métodos de prevenção, erradicação e controle);
7. Climatologia Agrícola: Coordenadas geográficas, fatores climáticos e equipamentos de medição, manejo de casa de vegetação;
8. Forragicultura: implantação, manejo e conservação de forrageiras de interesse zootécnico;
9. Horticultura: olericultura, fruticultura e plantas ornamentais (importância, propagação, tratamentos culturais, colheita e conservação);
10. Fundamentos de Agroecologia: conceitos, aspectos históricos e filosóficos, dinâmica dos agroecossistemas tropicais, indicadores de impacto ambiental;
11. Culturas regionais: plantio, tratamentos culturais, colheita e armazenamento (milho, soja, arroz, feijão e trigo);
12. Produção animal: bovinocultura de corte e leite, suinocultura, avicultura, ovinocultura, cunicultura, apicultura e piscicultura (situação atual e perspectiva, raças e cruzamentos, reprodução, instalações, manejo, nutrição e bioclimatologia);
13. Agroindústria: importância, obtenção da matéria prima, higienização, equipamentos e instalações, legislação, tecnologia de processamento de leite, carne, frutas e hortaliças, conservadas e controle de qualidade.

5. ORIENTAÇÕES PARA A PROVA PRÁTICA:

A prova prática consistirá de questão(ões) e/ou caso(s) e/ou atividade(s) prática(s) inerente(s) às atribuições do cargo, relacionados a no mínimo um dos tópicos abaixo:

1. Manutenção de tratores agrícolas;
2. Regulagem de implementos agrícolas;

3. Semeadura e implantação de uma cultura Olerícola;
4. Interpretação de uma análise de solo segundo as recomendações do Manual de Calagem e Adubação para os estados do Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), versão atualizada em 2016;
5. Manejo produtivo de ruminantes;
6. Manejo sanitário de ruminantes.

Cargo: AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Executar sob avaliação e supervisão, serviços de apoio à administração. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

- Ensino Fundamental completo

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá a aplicação de uma prova objetiva de 50 questões, dividida em três partes:

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. Leitura de gêneros textuais: objetivo do texto, temática, estrutura composicional, mecanismos de coesão e sua expressão linguística;
2. Significação de palavras e expressões em contexto;
3. Conotação e denotação;
4. Processos de formação de palavras;
5. Classes de palavras;
6. Organização do período simples;
7. Organização do período composto;
8. Pontuação do período simples;
9. Concordância verbal e nominal;
10. Regência verbal.

4.2 Parte II: Legislação

1. Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
2. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
3. Decreto n. 9.094, de 17 de julho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário;
4. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;
5. Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações;
6. Lei n. 9784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações;
7. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas;
8. Decreto n. 1171, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
9. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8112, de

11. de dezembro de 1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
10. Decreto n. 7724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;
11. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014;
12. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pelo Parecer 031/2011 da Comissão de Legislação e Regimentos do Conselho Universitário, de 15 de abril de 2011;
13. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

A) Noções de Arquivologia (10 questões):

1. Conceitos básicos da Arquivologia;
2. Classificação dos Arquivos;
3. Ciclo Vital dos documentos;
4. Funções Arquivísticas;
5. Procedimentos Técnicos;
- 5.1 Métodos de Arquivamentos;
- 5.2 Métodos Reprográficos;
- 5.2.1 Digitalização;
- 5.2.2 Microfilmagem;
6. Legislação Arquivística;
- 6.1 Lei nº 8.159/1991;
- 6.2 Lei nº 12.527/2011;
- 6.3 Resoluções do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ);

B) Noções de Informática (10 questões)

1. Conceitos e aplicativos relacionados à navegação na Internet, correio eletrônico, busca e pesquisa na Internet;
2. Conceitos e aplicativos relacionados à segurança de computadores e ao uso seguro da Internet;
3. Conceitos relacionados ao hardware;
4. Conceitos e comandos de edição de textos e planilha eletrônica;
5. Operação de Sistemas Operacionais Windows: utilitários; meios de armazenamento; organização, manutenção e gerenciamento de arquivos e pastas.

C) Matemática (10 questões)

1. Operações com números reais: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação;
2. Razão e proporção;
3. Regra de três simples e composta;
4. Resolução de equações de primeiro grau;
5. Porcentagem;
6. Juro simples;
7. Superfícies planas: cálculo de área e perímetro. Unidades de medida.
8. Volume de sólidos geométricos. Unidades de medida.
9. Leitura e interpretação de dados estatísticos (tabelas e gráficos).
10. Média aritmética.

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Operar máquinas agrícolas motorizadas para desenvolver atividades agrícolas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

- Ensino Fundamental Completo
 - Curso Profissionalizante*
 - Carteira Nacional de Habilitação na categoria C, D ou E (art.. 144 da Lei n. 9.503, de 23/09/1997)
- (*) O curso Profissionalizante referido no requisito para ingresso deverá ser na área correspondente ao cargo.

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá duas etapas: aplicação de uma prova objetiva e uma prova prática, a saber:

Etapa I: Prova Objetiva (peso 5)

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

Etapa II: Prova Prática (peso 5)

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. Leitura de gêneros textuais: objetivo do texto, temática, estrutura composicional, mecanismos de coesão e sua expressão linguística;
2. Significação de palavras e expressões em contexto;
3. Conotação e denotação;
4. Processos de formação de palavras;
5. Classes de palavras;
6. Organização do período simples;
7. Organização do período composto;
8. Pontuação do período simples;
9. Concordância verbal e nominal;
10. Regência verbal.

4.2 Parte II: Legislação

1. Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
2. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
3. Decreto n. 9.094, de 17 de julho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário;

4. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;
5. Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações;
6. Lei n. 9784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações;
7. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas;
8. Decreto n. 1171, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
9. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
10. Decreto n. 7724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;
11. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014;
12. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pelo Parecer 031/2011 da Comissão de Legislação e Regimentos do Conselho Universitário, de 15 de abril de 2011;
13. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

1. Motor de combustão interna;
 - 1.1 Funcionamento de motores:
 - a) Quatro tempos;
 - b) Dois tempos;
 - 1.2 Sistemas complementares;
 - a) Sistema de alimentação: ar e combustível;
 - b) Sistema de lubrificação;
 - c) Sistema de arrefecimento;
 - d) Sistema elétrico;
2. Trator agrícola;
 - 2.1 Classificação de tratores;
 - 2.2 Sistema de transmissão;
 - a) Embreagem;
 - b) Caixa de câmbio;
 - c) Diferencial;
 - d) Redução final;
 - 2.3 Sistemas complementares;
 - a) Tomada de potência;
 - b) Sistema hidráulico;
 - c) Sistema remoto;
 - 2.4 Freios, rodados e pneus;
3. Implementos para o preparo do solo;
 - 3.1 Preparo primário;
 - 3.2 Preparo secundário;
4. Implantação de culturas;
 - 4.1 Semeadoras para sistemas de plantio direto;
 - a) Semeadoras de precisão;
 - b) Semeadoras de fluxo contínuo;
 - 4.2 Distribuidores a lanço;

- 4.3 Plantadoras e transplantadoras;
- 5. Tratos culturais;
- 5.1 Aplicação de produtos sólidos;
- 5.2 Aplicação de produtos líquidos;
- a) Pulverizadores de barra;
- b) Atomizadores;
- 6. Colheita;
- 6.1 Colheita mecanizada de grãos;
- a) Tipos de plataformas de corte;
- b) Sistema industrial;
- 6.2 Máquinas para colheita mecanizada de feno e silagem;
- 7. Segurança e ergonomia;
- 7.1 Normas de segurança na operação de tratores agrícolas;
- a) Símbolos universais em máquinas agrícolas;
- b) Ergonomia (acesso, posto do operador, vibração, ruído);
- 8. Manutenção;
- 8.1 Manutenção preventiva;
- 8.2 Manutenção corretiva;
- 8.3 Oficina rural;
- a) Fixa;
- b) Móvel (comboio);

5. ORIENTAÇÕES PARA A PROVA PRÁTICA:

A Prova Prática consistirá em atividade prática inerente às atribuições do cargo, relacionada a:

1. Partida e operação de máquina agrícola (trator).
2. Acoplamento/desacoplamento de máquina e/ou implemento agrícola.
3. Regulagens de implementos agrícolas.